

Recebido em 01/02/16
às: 10:20 horas
Adriana Zaban
Diretora da Coordenação de Comissões
Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



PGP PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
PGR-00009115/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

DOCHSBC
000433

OFÍCIO Nº 130/2016/ACRIM/SCI/PGR

Brasília, 14 de janeiro de 2016.

Senhor Senador,

RESERVADO

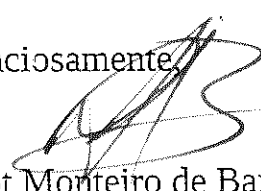
Encaminho a Vossa Excelência cópia do ofício datado de 08.01.2016 por meio do qual a França autorizou, nos termos ali mencionados, o Ministério Público Federal a compartilhar com a CPI do HSBC os elementos probatórios obtidos daquele país em julho de 2015 referentes ao **case SwissLeaks**. A informação será ainda transmitida pelo canal oficial ao MPF para depois seguir à CPI.

Lembro a Vossa Excelência que a autoridade francesa, com base na sua legislação, condicionou o compartilhamento à manutenção de absoluta confidencialidade e ao não repasse das provas a outros órgãos, conforme expressamente consta do referido ofício:

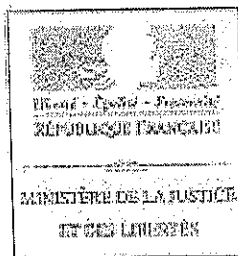
Esta autorização vale exclusivamente para o compartilhamento das informações, enviadas no dia 2 de julho de 2015, com a comissão de inquérito do Senado indicada no pedido de cooperação e encarregada de investigar a faceta brasileira do caso denominado "Swissleaks" HSBC Private Bank.

As informações enviadas **não deverão ser utilizadas em outro âmbito, nem transmitidas a outra autoridade ou instituição ou tornadas públicas**, uma vez que integram procedimento judicial atualmente protegido por segredo de justiça na França.

Atenciosamente,


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Rocha
Senador Presidente da CPI do caso HSBC
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Ala Alexandre da Costa, sala 15 - Subsolo
70165-900 – Brasília-DF



Paris, le 8 janvier 2016

DIRECTION
DES AFFAIRES CRIMINELLES ET DES GRÂCES
SOUS-DIRECTION DE LA JUSTICE PÉNALE SPÉCIALISÉE
Bureau de l'entraide pénale internationale

Madame la garde des sceaux
ministre de la justice

A

Dossier suivi par : Jean-Pierre PALMYRE
jean-pierre.palmyre@justice.gouv.fr
Tél : 33 (0)1.44.86.14.22
Fax : 33 (0)1.44.86.14.11

Référence à rappeler
N°2015000856
Vos refs :

Ministério Da Justiça
Departamento de Recuperação de Ativos
e Cooperação Jurídica Internacional
Coordenação Geral de Recuperação de Ativos
SCN Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 2º
andar, Edifício Venancio 3000,
BRASILIA- DF, 70716 - 900

BRASIL

Le 30 juillet 2015, vous avez adressé aux autorités françaises une demande d'entraide délivrée le 8 juillet 2015 par M. Vladimir ARAS, Procureur régional de la République, visant à obtenir l'autorisation de transmettre à une commission d'enquête parlementaire du Sénat fédéral brésilien, présidée par M. le Sénateur Paulo ROCHA, les informations communiquées aux autorités judiciaires brésiliennes le 2 juillet 2015 en exécution d'une précédente demande d'entraide délivrée le 16 mars 2015 par les autorités brésiliennes dans le cadre d'une enquête diligentée notamment du chef de blanchiment (affaire dite « HSBC Private Bank » ou « Swissleaks », V/réf. 2015/00786 et N/réf. 2015000856).

J'ai l'honneur de vous faire savoir que la communication des informations sollicitée par Monsieur le Procureur régional de la République, autorité judiciaire au sens du 1. de l'article 1^{er} de la convention franco-brésilienne d'entraide judiciaire en matière pénale du 28 mai 1996, est autorisée dès lors qu'elle est manifestement dans l'intérêt de l'autorité judiciaire mandante.

Cette autorisation vaut strictement pour le partage des informations remises le 2 juillet 2015, avec la commission d'enquête sénatoriale spécifiquement visée par la demande d'entraide et désignée afin d'enquêter sur le versant brésilien de l'affaire dite « Swissleaks » HSBC Private Bank.

Les informations remises ne sauraient être utilisées dans un autre cadre, transmises à une autre autorité ou institution ou rendues publiques dès lors qu'elles sont issues d'une procédure judiciaire actuellement couverte par le secret de l'instruction en France.

La Cheffe du bureau
de l'entraide pénale internationale

Caroline GONTRAN